



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



PROCESSO ADMINISTRATIVO PRC Nº 161/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

EDITAL Nº 006/2023

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 1 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”:

DIA: 09/01/2024

HORA: 09:00 horas.

LOCAL: Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000.

ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 “PROPOSTA”

DIA: 09/01/2024, após julgamento da fase de habilitação, havendo renúncia ao prazo recursal ou na data designada após julgados os recursos por acaso interpostos.

LOCAL: Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000.

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de São Geraldo-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.137.935/0001-80, sediado na Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000, São Geraldo, estado de Minas Gerais, através do Prefeito Walmir Rocha Lopes, e por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna pública a realização do processo licitatório PRC Nº 019/2023 – Concorrência Pública Nº 002/2023, sob o regime de empreitada por preço global, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL para prestação de serviços inerentes à obra de engenharia, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária, projeto, edital e seus anexos.

1.2. A concorrência pública minuciada no art. 22, §1º da Lei Federal 8.666/93, será regida pelo aludido estatuto e demais normas aplicáveis à matéria, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de São Geraldo-MG nomeada pela Portaria Nº 006/2023.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução da obra de pavimentação em pedra poliédrica nas ruas do Distrito de Monte Celeste, no Município de São Geraldo, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos deste edital. A obra será custeada com recursos provenientes da SEINFRA - Proposta: 001358/2023 Plano de Trabalho: 002081/2023 Nº Instrumento Convênio: 1301001386/2023 e contrapartida do município de São Geraldo-MG.

2.2. O valor estimado da obra e dos serviços descritos acima é de **R\$ 323.926,93 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos)**, de acordo com as planilhas orçamentárias anexas ao processo, de acordo com as planilhas orçamentárias anexas ao processo.

2.2.1. Os serviços aqui descritos deverão ser executados considerando incluídos nesta obra o **fornecimento de todos os materiais**, ferramentas e equipamentos, mão de obra e demais despesas diretas e indiretas necessárias à sua conclusão, tudo de conformidade com as especificações contidas neste edital e seus anexos (planilhas, especificações e projetos) e de acordo com as normas técnicas aplicáveis à espécie, notadamente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as normas complementares expedidas pelo Município.

2.3. Integram o presente Edital os seguintes documentos:

2.3.1 Modelo de Carta de Credenciamento - ANEXO I;

2.3.2 Minuta de Contrato - ANEXO II;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 2.3.3 Modelo de declaração de concordância com o Edital - ANEXO III;
- 2.3.4 Modelo de Proposta - ANEXO IV;
- 2.3.5 Projeto Básico, contendo descrição da obra, memórias de cálculos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e projetos gerais - ANEXO V;
- 2.3.6 Modelo de Ordem de Serviço - ANEXO VI;
- 2.3.7 Modelo de Boletim de Medição - ANEXO VII;
- 2.3.8 Modelo de Diário de Obras - ANEXO XIII;
- 2.3.9 Modelo de Termo de Recebimento Provisório - ANEXO IX;
- 2.3.10 Modelo de Termo de Recebimento Definitivo - ANEXO X;
- 2.3.11 Modelo de Declaração de atendimento ao inciso XXXIII, art. 7º. da CF/1988 - ANEXO XI;
- 2.3.12 Modelo de Termo de Compromisso da Empresa acerca do Responsável Técnico pela execução da obra - ANEXO XII;
- 2.3.13 Modelo de declaração de condição de ME ou EPP – ANEXO XIII.
- 2.3.14 Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta - ANEXO XIV
- 2.3.15 Modelo de Declaração de Inexistência de fatos Impeditivos e Declaração de Disponibilidade de Pessoal e Equipamentos - ANEXO XV
- 2.3.16 Modelo de Atestado de Vistoria – Visita Técnica - ANEXO XVI
- 2.3.17 Modelo de Declaração de Renúncia de Recurso - Habilitação - ANEXO XVII
- 2.3.18 Modelo de Declaração de Renúncia de Recurso – Proposta - ANEXO XVIII
- 2.3.19 Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica - ANEXO XIX
- 2.3.20 Modelo de Declaração de Nenhum Impedimento – ANEXO XX

3. DA SUBORDINAÇÃO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A presente licitação, na modalidade legalmente denominada Concorrência Pública, do tipo: menor preço global, regime de execução: empreitada por preço global, reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições aplicáveis da legislação vigentes, como, também, pelas condições fixadas neste instrumento convocatório.

3.2. A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta de recursos financeiros do município de São Geraldo. Para tanto, será utilizada a seguinte dotação orçamentária vigente para o exercício de 2023: **02.05.002.27.812.2712.1.125.4.4.90.51.00 – Ficha 415 – Fonte 1500000**

4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

4.1. Os envelopes contendo a “Documentação de Habilitação” e a “Proposta” deverão ser encaminhadas ao Município de São Geraldo-MG, **até às 09 horas do dia 09/01/2024**, devendo ser distintos, fechados, opacos e rubricados no local de fechamento.

4.2. O envelope contendo a “Documentação de Habilitação” será apresentado, contendo externamente os seguintes dizeres(sugeridos):

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SÃO GERALDO-MG

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023 – PROCESSO Nº 161/2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ

TELEFONE

E-MAIL:

4.2.1. O envelope correspondente ao “ENVELOPE Nº 01 - Documentação de Habilitação” deverá conter os documentos apresentados da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



a) Em uma via original, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, ou em cópia autenticada por tabelião de notas, podendo ainda, em qualquer caso, vir em cópia para autenticação por servidor da Comissão de Licitação de São Geraldo-MG, mediante apresentação do original, no momento da licitação.

b) Assinados ou rubricados manualmente pelo representante legal da empresa licitante ou por seu procurador legalmente constituído, em todas as folhas, observadas as exigências que tratam os anexos, integrantes deste Edital.

4.2.2. O envelope contendo a “Proposta” será apresentado externamente com os dizeres:

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SÃO GERALDO-MG

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023 - PROCESSO N 161/2023

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ

TELEFONE

E-MAIL:

4.3. A Proposta será devidamente assinada pelo proprietário ou representante legal da empresa e será considerada, tão somente, se atendidas às exigências do presente ato convocatório e entregue no local indicado até o dia e hora fixados.

4.4. Junto aos envelopes acima deverá ser anexada a carta de credenciamento que indicará a pessoa que representará a licitante na licitação, com menção expressa de todos os poderes, inclusive para receber intimações, interpor e desistir de interposição de recursos – conforme modelo sugerido no **ANEXO I** deste edital. A não apresentação do credenciamento do representante não será motivo de inabilitação da empresa, neste caso, ficará apenas impedido de se manifestar durante os trabalhos, de interpor recursos ou de desistir dos mesmos.

4.4.1. No caso de **titular/sócio da empresa licitante**, deverá apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.4.2. No caso de **representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

4.3. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

5. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. Os prazos de execução serão contados em dias corridos.

5.2. O prazo total para a execução da obra descrita neste edital será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro disponibilizado e arrolado aos autos, contados a partir da data de emissão da ordem de início para os serviços;

5.2.1. As ordens de serviços serão emitidas, pela Secretaria Municipal de Obras, observando o prazo total para execução estipulado acima. Este prazo somente poderá ser prorrogado na forma da lei e de acordo com o interesse do Município de São Geraldo-MG, mediante justificativa por escrito, apresentada pela contratada.

5.3. Os atrasos na execução, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme a Lei 8.666/93 e disposições contidas no Código Civil.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar da licitação as empresas do ramo do objeto licitado que atendam todas as exigências deste edital e que:

6.1.1. Não estejam sob falência ou concurso de credores, dissolução, liquidação ou hajam sido suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas;

6.1.2. Estejam representadas pelo titular ou representante designado, o qual apresentará sua credencial original, em papel timbrado da empresa, com a respectiva qualificação civil e autorização para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento, conforme modelo de credenciamento sugerido no Anexo I deste edital.

6.1.3. Não estejam impedidas de licitar/contratar com a administração pública com fundamento com o art. 7º da Lei 10.520/2002.

6.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

6.2.1. Empresas que estejam cumprindo pena de suspensão para licitar/contratar com a administração pública ou tenham sido declaradas inidôneas;

6.2.2. Empresa cujo sócio gerente ou responsável técnico, seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

6.2.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.2.4. A observância das vedações contidas nos subitens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitará às penalidades cabíveis, inclusive a penalidade de desclassificação.

6.3. Para fins de habilitação as empresas apresentarão no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, os documentos enumerados abaixo, com vigência plena até a data fixada para a abertura dos envelopes de documentação e proposta, apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, sendo que a autenticação, pela comissão, ocorrerá mediante apresentação do original no momento da licitação.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhados da última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.3.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.3.3. Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, na forma da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014.

6.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

6.3.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

6.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei 12.440/2011.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.8. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, emitida pelo CREA e/ou CAU;

6.3.9. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da LICITANTE e devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviços e obras de *características semelhantes* às parcelas de maior ou igual relevância deste objeto, conforme os itens abaixo elencados:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2.2	RO-43971	PAVIMENTO DE ALVENARIA POLIEDRICA COM 8,0 DE ESPESSURA (EXECUÇÃO INCLUINDO O FORNECIMENTO DO MATERIAL DO COLCHAO DE ASSENTAMENTO DAS PEDRAS, EXCLUI TRANSPORTE DOS MATERIAIS
2.6	ED-48664	GUIA DE MEIO FIO (10X15X22 CM) E SARJETA (30X10CM) COM INCLINAÇÃO DE 10% EM CONCRETO COM FCK 15MPA, MOLDADA IN LOCO, FORMA EM MADEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO EM CAÇAMBA

6.3.9.1 A comprovação de inclusão no Quadro Permanente, ao qual se refere o item 9.6.3.2, deverá ser realizada pela apresentação de cópia(s) do(s) Contrato(s) de Trabalho do(s) profissional(is); ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta(m) o(s) profissional(is) integrante(s) da sociedade; ou, ainda, através do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) pela legislação civil comum, devidamente registrado(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), conforme preconizam o art. 1º, da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o art. 45, da Lei Federal n.º 12.378/2010;

6.3.9.2. O(s) profissional(is) cujo(s) atestado(s) venha(m) atender à(s) exigência(s) do item 6.3.9 não poderá(ão) ser substituído(s) por outro(s) profissional(is), sem a prévia aprovação formal da Contratante, devendo ser apresentado **Termo de Compromisso** da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item 6.3.9, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra, conforme modelo **ANEXO XII** sugerido neste edital, **deverá ser assinado em conjunto pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).**

6.3.10. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE executou, diretamente, serviços e obras de *características semelhantes* às parcelas de maior ou igual relevância deste objeto, conforme os itens abaixo elencados:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT. MÍNIMA EXECUTADA	UNID.
2.2	RO-43971	PAVIMENTO DE ALVENARIA POLIEDRICA COM 8,0 DE ESPESSURA (EXECUÇÃO INCLUINDO O FORNECIMENTO DO MATERIAL DO COLCHAO DE ASSENTAMENTO DAS PEDRAS, EXCLUI TRANSPORTE DOS MATERIAIS	1787,29	M²
2.6	ED-48664	GUIA DE MEIO FIO (10X15X22 CM) E SARJETA (30X10CM) COM INCLINAÇÃO DE 10% EM CONCRETO COM FCK 15MPA, MOLDADA IN LOCO, FORMA EM MADEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO EM CAÇAMBA	638,12	M

6.3.10.1. Não serão aceitos atestados que não atendam às formalidades expressas nos § 3º, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

6.3.10.2. A capacidade técnico-profissional e técnico- operacional poderá ser comprovada por meio de um único atestado ou de vários atestados, desde que o conjunto dos atestados apresentados comprove a exigência descrita.

6.3.11. Declaração de concordância com o Edital, nos termos do **ANEXO III**;

6.3.12. Declaração de Renúncia de Recurso, conforme modelo do **ANEXO XVII caso** a empresa não tenha interesse em interpor recurso contra a fase de habilitação. Esse documento poderá ser apresentado fora do envelope de habilitação e deverá ser apresentado no caso de a licitante renunciar ao direito de interposição de recurso, previsto no art. 109, inciso I, alínea a da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.3.13. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da Sede da Licitante, com emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de abertura deste certame;

6.3.14. Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social referente ao último exercício social, já exigível e devidamente escriturados no correspondente livro contábil (livro diário) e assinado pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado. Tais documentos deverão ser apresentados em cópias autenticadas, extraídas exatamente das folhas do Livro Diário, acompanhados de cópias dos termos de abertura e de encerramento do respectivo Livro, constando a identificação do órgão oficial de registro competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos). Poderá ser apresentado também, mediante publicação em jornais, devendo neste caso, ser identificado o veículo e a data de publicação, a indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade. O Balanço patrimonial exigido poderá ser também autenticado através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, nos termos do Decreto Federal n.º 8.683/2016, observando-se as exceções previstas nos normativos, demonstrativo da boa situação econômico-financeira da licitante.

6.3.14.1. A comprovação da boa situação financeira da empresa será mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

6.3.14.2. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, que corresponde ao valor nominal de **R\$ 323.926,93 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e três Centavos)**.

6.3.15. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.594/2015, poderão apresentar a ECD para os fins previstos neste item.

6.3.16. O balanço e demonstrações solicitadas deverão conter dados que comprovem o registro na Junta Comercial e o Termo de Autenticação do Livro Digital, ou com a autenticação de órgão de registro equivalente, ou através do Sistema Público de Escritura Digital – SPED.

6.3.17. Para as licitantes desobrigadas de registrar seus livros nas Juntas Comerciais ou em órgãos de registro equivalentes, deverá ser apresentada cópia reprográfica do balanço e demonstrações exigidos, na forma da lei.

6.3.18. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência deverão apresentar balanço de abertura devidamente protocolado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou no órgão de registro equivalente, ou autenticado através do Sistema Público de Escritura Digital – SPED, nos termos do Decreto 8.683/2016, observando-se as exceções previstas nos normativos.

OUTROS DOCUMENTOS

6.3.19. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, relativamente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. **(ANEXO XI)**.

6.3.20. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante a apresentação da documentação abaixo indicada, no envelope N° 01 (Habilitação):

a) Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que conste a condição de ME ou EPP e,



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



b) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da LC 123/06, conforme modelo constante do **Anexo XX**.

6.3.21. Comprovante de visita técnica fornecido pela Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, conforme **Anexo XVI** ou declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante no sentido de que possui conhecimento das condições e peculiaridades da obra, conforme modelo do **Anexo XIX**.

6.3.21.1. A visita técnica, **não obrigatória**, tem por objetivo propiciar ao licitante o conhecimento das particularidades dos locais da prestação dos serviços e poderá ser realizada no período compreendido entre a data da publicação do aviso da presente licitação até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes, nos horários de funcionamento da Prefeitura Municipal, desde que previamente agendado junto ao Setor de Licitações ou de Obras do Município, através do telefone (32) 3556-1215 ou por e-mail licitacao@saogeraldo.mg.gov.br.

6.3.22. Modelo de Declaração de Inexistência de fatos Impeditivos e Declaração de Disponibilidade de Pessoal e Equipamentos - **ANEXO XV**.

6.3.23. Modelo de declaração de elaboração independente de proposta **ANEXO XIV**

6.4 Os documentos que não apresentarem vencimento expresse em seu corpo terão validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir de sua emissão.

6.5 A ausência ou a apresentação de documentos em desacordo com o previsto no item 6.3, deste edital, inabilitará a proponente para a fase seguinte.

6.6 Considera-se vencida a fase de habilitação quando todos os interessados desistirem da faculdade de recorrer, ou quando decorrer o prazo para interposição de recurso, ou, ainda, quando os recursos interpostos forem decididos.

6.7 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

7. DA PROPOSTA

7.1 A “Proposta” deverá ser preenchida nos moldes do **Anexo IV** deste edital, contendo todas as informações ali previstas, observadas as instruções constantes dos itens seguintes:

7.1.1. A “Proposta” deverá ser apresentada sem rasuras, ressalvas ou correções, e assinada pelo representante legal da empresa, devidamente identificado.

7.1.2. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a partir da abertura da mesma.

7.1.3. Os preços deverão ser cotados em moeda nacional, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com impostos, encargos sociais, previdenciários, fiscais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, fornecimento de todo o material e mão-de-obra, equipamentos, transporte e demais ônus incidentes sobre os serviços ora contratados, não podendo o proponente exercer pleitos de acréscimos posteriores, após a abertura da Proposta.

7.1.4. Junto com a proposta deverão ser apresentadas planilhas orçamentárias com preço unitário e total de cada item, conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, impressas em papel timbrado da empresa licitante, **bem como, junto às mesmas, obrigatoriamente, apresentar as composições detalhadas de custos unitários de cada serviço de cada item.**

7.1.5. As Composições de Custos Unitários dos itens constantes da *Planilha Orçamentária*, deverão indicar os quantitativos de consumo de cada insumo que forma o Custo Unitário: deverão ser apresentados os preços unitários e totais, orçados em moeda corrente nacional, incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços, objeto desta licitação, incluindo também a mão de obra; equipamentos; ferramentas; materiais necessários; despesas tais como: impostos, taxas, garantias, seguros, ART, RRT; encargos sociais, trabalhistas e previdenciários; mobilização e desmobilização e quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias.

7.1.6. Cronograma físico-financeiro, considerando o prazo máximo disposto no anexo e abaixo descrito, sendo o pagamento realizado de acordo com as medições.

7.1.7. Demonstrativo da composição analítica da taxa de LDI/BDI (percentual);

7.1.8. Quaisquer custos adicionais para atender aos requisitos do edital, correrão por conta do proponente, bem como, eventuais erros de levantamento de materiais, serviços e quantitativos, constantes nas Planilhas das obras de edificações apresentadas pelo Proponente não acarretarão pagamentos adicionais pela Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG,



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



responsabilizando-se a proponente pela execução da obra. Com o recebimento da proposta a Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG entenderá que todos os projetos, prazos, especificações e locais de instalações foram detalhadamente analisados pela Proponente e que todos os materiais, equipamentos, remuneração de mão-de-obra e tributos foram considerados para a total execução da obra;

7.1.9. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o valor global, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico, em razão do critério adotado para o julgamento das propostas. Erros formais nas propostas, por exemplo, arredondamentos, poderão ser sanados desde que não comprometam o valor global apresentado.

7.1.10. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

7.1.11. Declaração de Renúncia de Recurso, conforme modelo do **ANEXO XVIII**, caso a empresa não tenha interesse em interpor recurso contra a fase de análise e julgamento das propostas. Esse documento poderá ser apresentado fora do envelope de proposta e deverá ser apresentado no caso de a licitante renunciar ao direito de interposição de recurso, previsto no art. 43, Inciso III e art. 109, Inciso I, “b” da Lei 8.666/93.

7.1.12. Os valores de orçamento informados no item 2.2 deste Edital são preços-teto, limitadores das propostas das licitantes, bem assim como não serão aceitas propostas que contenham preços unitários em valores superiores aos preços unitários constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG.

7.1.13. A Comissão Julgadora também não considerará propostas inexecutáveis, assim entendidas aquelas definidas nos termos dos §§ 1º e 2º, do inciso II, do art. 48, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.1.14. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, § 3º, da Lei Federal n.º 8.666/1993, sob pena de desclassificação.

8. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1. Na data e hora marcadas para a realização da licitação, a Comissão procederá à abertura dos envelopes, sob a garantia de acesso dos representantes credenciados das empresas proponentes a todos os documentos.

8.2. Aberta a sessão os licitantes ou seus representantes serão convidados a rubricar, juntamente com os membros da Comissão Permanente de Licitação, os envelopes que contenham as propostas das concorrentes. Após, proceder-se-á à abertura dos envelopes que contenham os documentos de habilitação, para exame pelos membros da CPL e por parte de qualquer dos presentes credenciados. Não serão recebidos quaisquer documentos após a hora aprazada.

8.3. Será facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a juntada posterior de documentos que deveriam obrigatoriamente constar dos envelopes de documentação e proposta.

8.4. Concluído o exame da documentação apresentada, cumprirá à Comissão de Licitação anunciar sua decisão com respeito à habilitação dos licitantes e consultá-los sobre eventual interesse pela interposição de recursos e retenção de prazo para esse fim.

8.5. A Comissão de licitação, caso julgue necessário, poderá suspender a audiência para analisar detidamente a documentação, dando publicidade ao resultado da habilitação em ocasião oportuna.

8.6. Divulgado o resultado da habilitação e após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á com a abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas, observando-se para tanto os mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores.

8.7. À Comissão de Licitação compete consignar, em ata circunstanciada, todos os fatos ocorridos e pronunciamentos, submetendo o procedimento à homologação da autoridade competente.

8.8. Não serão abertos os envelopes de Proposta das empresas inabilitadas na primeira fase do certame. Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, os envelopes contendo as propostas das licitantes não vencedoras, ficarão à disposição para retirada no Setor de Licitações, pelo prazo de dez dias úteis, após a celebração do contrato. Expirado o prazo, o Setor de Licitações dará a destinação que lhe convier aos documentos, sem qualquer indenização à licitante.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9. DO JULGAMENTO

9.1. Para o julgamento das propostas, levar-se-á em conta o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste ato convocatório e os critérios dispostos em seus Anexos.

9.2. A Comissão Permanente de Licitação, se julgar necessário, poderá solicitar parecer de profissionais especializados, para orientar-se na sua decisão.

9.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á nos termos no § 2º, do art. 45, da Lei Federal Nº 8.666/93, salvo na contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte que deverá ser observado os termos da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.3.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.3.2. Para os efeitos desta licitação consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

a) MEI – Microempreendedor Individual - o microempreendedor, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

b) Microempresa – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

c) Empresa de Pequeno Porte – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

d) Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

9.4 Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.

9.5 Decorrido o prazo para o recurso administrativo, desde que não tenha havido recurso ou, se houver, após seu julgamento, a Comissão Permanente de Licitação convocará reunião para abertura dos envelopes das propostas comerciais.

9.6 Será desclassificada a proposta de preços que:

9.6.1 Não se refira à integralidade do item cotado;

9.6.2 Contenha rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, ressalvas, correções, irregularidade ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento;

9.6.3 A licitante que apresentar proposta de preços superior ao preço constante das planilhas de preços anexas a este edital, ou inferior a 70% (setenta por cento) do valor orçado para execução deste objeto, na forma prevista pelo artigo 48, inciso II da Lei 8.666/93.

9.6.4 Apresente preço baseado em outra(s) proposta(s), inclusive com o oferecimento de redução sobre a de menor valor.

9.7 Não serão admitidos cancelamentos de um ou mais itens da proposta, exceto nos seguintes casos:

9.7.1 Erro de cálculo, quando evidente;

9.7.2 Cotação muito distante da média dos preços oferecidos, que leve a Comissão de Licitação a concluir que houve equívoco.

9.8 Poderá a Comissão de Licitação, a seu juízo, solicitar novos detalhes sobre as propostas apresentadas, inclusive quanto à composição detalhada de custos de cada item descrito na planilha.

9.9 O critério de julgamento deste processo será realizado pela apuração do **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que a proposta esteja em conformidade com este edital.

10 DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



10.1 O contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG obedecerá ao modelo constante do ANEXO II, **devendo ser executado de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, que terá início a partir da ordem de serviço do objeto desta licitação, emitida pela Secretaria de Obras do município** e se subordinará à legislação que rege a matéria, podendo a critério da Administração e a pedido da contratada, ser prorrogado este prazo.

10.2 Farão parte integrante do contrato todos os documentos constituintes do processo da presente licitação, independentemente de transcrição, inclusive a proposta vencedora desta licitação.

10.3 O Município de São Geraldo-MG reserva-se no direito de cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal Nº 8.666/93, se os serviços estiverem em desacordo com o previsto neste edital.

10.4 O Município de São Geraldo-MG poderá proceder alterações contratuais nas condições previstas nos artigos. 58 e 65 da Lei Nº 8.666/93.

10.5 Todas as Ordens de Serviço, notificações e entendimentos entre o município e a Contratada, serão feitos por escrito nas ocasiões devidas pela Secretaria Municipal de Obras.

10.6 São de exclusiva responsabilidade da Contratada os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários e demais despesas decorrentes da execução dos serviços, os quais não poderão na hipótese de inadimplência do contrato, serem transferidos à responsabilidade da Prefeitura do Município de São Geraldo-MG.

10.7 O Contrato será supervisionado, coordenado e fiscalizado pelo titular da Secretaria Municipal de Obras ou através de gestor de contrato indicado pelo secretário.

10.8 O vencedor do certame, deverá disponibilizar e indicar junto à sua proposta, o endereço eletrônico de e-mail para receber o contrato e eventuais termos aditivos em arquivo com extensão “.pdf”. Recebido o arquivo, o vencedor deverá realizar a impressão do mesmo, em duas vias, enviando-as ao Contratante, devidamente rubricadas em todas as páginas e assinadas ao final, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis sob pena, de a sua inércia ser considerada negativa de assinatura do contrato ou termo aditivo, sujeita às penalidades legais.

10.9 Prestar garantia à execução do contrato.

10.9.1. De acordo com o art. 56 da Lei 8.666/93, o valor da garantia à execução corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato e deverá ter, no mínimo, a mesma vigência do prazo previsto no termo contratual; e deverá, ainda, ser prorrogada sua vigência na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual e/ou sua complementação em caso de acréscimo de valor.

10.9.2. A garantia à execução poderá ser prestada de acordo com os critérios estabelecidos no art. 56 da Lei nº 8.666/93 e preferencialmente em Carta de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, em nome do Município de São Geraldo. A contratada poderá utilizar a Conta Corrente nº 54922-3 do Banco do Brasil S.A., Agência 0881-8 para formalizar a garantia à execução.

10.9.3. A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da Contratada.

10.9.4. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a Contratante fica, desde já, autorizada pela Contratada a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa, na hipótese de não existir pagamento pendente em valor suficiente para quitar o débito.

10.9.5. Verificada a hipótese do item anterior, e não rescindido o contrato, a Contratada fica obrigada a proceder ao reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de suspensão dos pagamentos subsequentes.

10.9.6. A garantia prestada deverá vigorar por prazo igual ao de vigência do presente contrato, sendo que, em caso de alteração contratual, a Contratada deverá promover a complementação do respectivo valor, bem como de sua validade, se for o caso, de modo a que o valor da garantia corresponda ao percentual fixado no caput, facultada a substituição por qualquer das outras modalidades elencadas no § 1º, do artigo 56, da Lei federal nº 8.666/93.

10.9.7. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo da obra ou serviço e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme dispõe o artigo 56, § 4º, da Lei federal nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



11.1. Os pagamentos estarão condicionados à execução dos serviços, através de medições que acontecerão até o último dia útil do mês, atestando a execução das obras e serviços, devendo a contratada apresentar até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços uma nota fiscal correspondente aos valores da medição e a preços unitários e totais do contrato.

11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. As notas fiscais deverão vir acompanhadas das guias de recolhimento de INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês anterior ao do faturamento.

11.5. Nenhum pagamento será efetuado por meio de boleto bancário, poderá ser realizado através de transferência eletrônica em conta bancária ou, informado pelo contratado em sua proposta. Para efetivação do recebimento, deverá ser observado o calendário definido pela Administração Municipal, como sendo os dias 05 (cinco), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês, como as datas previstas para a liberação dos créditos aos fornecedores, ou no primeiro dia útil posterior a estas datas, observando o prazo de até 30 (trinta) dias após o faturamento e mediante a respectiva nota fiscal, com o aceite do responsável pela Secretaria Municipal de Obras.

11.6. O Termo de Recebimento Definitivo da obra será emitido com 90 (noventa) dias após o recebimento provisório das obras, desde que o objeto tenha sido fielmente cumprido.

12. DOS PREÇOS

12.1. Os preços propostos pressupõem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, o qual presidirá a relação entre as partes, durante todo o prazo de execução. Nenhum reajustamento ou realinhamento de remuneração, para mais ou para menos, se dará sem atendimento das normas gerais ditadas pela legislação federal, em especial quanto à oportunidade de aplicação.

12.2. A comprovação da majoração de um determinado item em nível nacional ou regional que afetar o equilíbrio do contrato será feita através de:

12.2.1. Notas Fiscais de compras referentes ao distribuidor, tanto da época do início do contrato como da ocasião do suposto aumento;

12.2.2. apresentação de revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;

12.2.3. apresentação de planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

12.2.4. o critério de reajuste deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

12.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



12.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada ficará obrigada a cumprir integralmente este edital, com zelo, diligência e economia, sempre em rigorosa observância aos termos da licitação e da sua proposta;

13.2. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), especificações, projetos e instruções da fiscalização do Município de São Geraldo-MG.

13.3. Arcar com todo ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, que se relacionem direta ou indiretamente com o objeto do contrato;

13.4. Arcar com todos os encargos e tributos que direta ou indiretamente incidam sobre o contrato a ser celebrado, atendido o parágrafo quinto do artigo 65, da lei nº 8.666/93;

13.5. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

13.6. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas e responsabilidade, todo material e mão de obra, ferramentas e equipamentos, a serem empregados no local da construção. Caberá à fiscalização inspecionar a chegada, previamente avisada, de todos os materiais, com o direito de rejeitar aqueles em desacordo com as especificações.

13.7. Toda equipe de mão de obra a ser empregada na execução dos serviços contratados, deverá ser constituída de profissionais idôneos, qualificados para a função e integrantes do quadro permanente da contratada.

13.8. Depois de constatado pela pessoa ou comissão designada pela fiscalização da obra, a má qualidade dos serviços, caberá a esta rejeitá-los, devendo a Contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de materiais empregados ou da mão-de-obra.

13.9. A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração Municipal, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do Contrato e um “diário de ocorrências”, permanentemente disponível para lançamentos.

13.10. A Contratada arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais;

13.11. A Contratada irá responder, civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos;

13.12. A Contratada, deverá fornecer aos seus funcionários todos os E.P.I.s (Equipamentos de Proteção Individual) necessários e obedecer a todas as normas de segurança no trabalho;

13.13. Quaisquer modificações propostas pela Contratada, decorrentes da incompatibilidade técnica entre o projeto e as reais necessidades do órgão contratante, somente poderão ser introduzidas após sua análise e aprovação pelo Município de São Geraldo-MG.

13.14. A Contratada será responsável por uma limpeza rigorosa durante toda a execução dos serviços.

13.15. A Contratada deverá assegurar durante a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



13.16. A Contratada, tão logo receba a ordem de início, deverá providenciar e afixar em cada local da execução dos serviços, uma placa em chapa galvanizada, conforme normas do CREA e/ou CAU e da Administração Municipal, medindo aproximadamente 3,0 x 1,5 metros, conforme descrição contida na planilha do edital, com as seguintes informações: *Descrição da Obra, número do contrato e da licitação, nome da contratada e contratante, prazo de execução, valor da obra, recursos financeiros e outras informações necessárias, conforme descrição no memorial descritivo.*

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Constituem obrigações do Contratante:

14.1.1. Efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas neste Edital.

14.1.2. Fiscalizar os serviços.

14.1.3. Emitir as ordens de início da obra, os termos de recebimento provisório e definitivo, assim como, elaborar notificações, pareceres e outros documentos que porventura venham ser necessários, durante a execução da obra.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. De o prazo para apresentação de recurso contra o resultado final deste certame, nenhum tendo sido interposto ou julgados os que acaso tenha sido postulado, a autoridade competente homologará o resultado da licitação.

15.2. A adjudicação do objeto da presente licitação será feita ao licitante vencedor que firmará, após a homologação, o respectivo contrato.

16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

16.1. A administração poderá revogar a presente licitação, por interesse público, mediante despacho fundamentado ou anulá-la por verificação de qualquer irregularidade ou ilegalidade, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, não cabendo aos licitantes direito à indenização, nos termos dos artigos 49 e 59 da Lei Federal 8.666/93.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Dos atos praticados pela Comissão de Licitação, será facultada aos licitantes nos termos do artigo 109 da Lei Federal Nº 8.666/93, a interposição de recursos, conforme situação, prazos e condições estabelecidas no referido artigo.

17.2. Os recursos contra a decisão de habilitação, inabilitação e julgamento das propostas terão efeito suspensivo. Nas hipóteses de recursos contra outros atos praticados pela Comissão de Licitação, caberá à autoridade competente atribuir eficácia suspensiva ao recurso interposto, motivadamente e presente razões de interesse público.

17.3. Na hipótese de recurso contra a decisão da Comissão, na fase de julgamento da habilitação, os envelopes contendo as propostas permanecerão cerrados em invólucro que será rubricado por todos os presentes na reunião, para posterior abertura, em data que será fixada pela Comissão Permanente de Licitação, o que fará constar em ata.

17.4. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta lei, devendo protocolar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a administração julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo, conforme determina a Lei, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da mesma Lei.

17.5. Os recursos deverão ser feitos por escrito. Enviando recurso por e-mail, o impetrante deverá solicitar a confirmação de seu recebimento pela Comissão Permanente de Licitação. Qualquer que seja o meio utilizado, a peça de recurso original deverá ser encaminhada à Comissão de Licitação em até 24 (vinte e quatro) horas úteis de seu envio por e-mail.

17.6. Os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito do Município de São Geraldo-MG, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou neste mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, para decisão superior.

17.7. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, conforme determina o art. 41, § 2º, Lei 8666/93.

17.8. Na fluência dos prazos para interposição de recursos, os autos do processo ficarão no Setor de Compras e Licitações, onde os licitantes poderão ter vista de suas peças e obter prontamente as cópias desejadas, mediante ressarcimento dos custos respectivos. Em nenhuma hipótese se admitirá retirada dos autos daquela repartição.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



17.9. Após decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo de Licitação será submetido à autoridade competente para que se proceda a devida adjudicação e homologação.

17.10. Relativamente às contrarrazões/impugnações, aos recursos e à contagem de prazos, observar-se-á o disposto nos art. 41, §§ 1º e 2º, art. 109 e art.110, todos da Lei n.º 8.666/1993.

18. DO ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

18.1. As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital e de seus anexos, bem como, quaisquer incorreções ou discrepâncias neles encontradas, deverão ser apresentadas à Comissão Permanente de Licitação, por escrito, tempestivamente de acordo com a legislação, sem efeito suspensivo, endereçando-as para:

PREFEITURA DE SÃO GERALDO-MG

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua 21 de abril, nº 19, Centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000

E-mail licitacao@saogeraldo.mg.gov.br

18.2. Os esclarecimentos prestados a qualquer das licitantes serão transmitidos às demais, sempre por escrito e disponibilizado no site do município: <https://www.saogeraldo.mg.gov.br/site/>

18.3. Quaisquer dúvidas surgidas após a abertura dos envelopes ficarão sujeitas à interpretação da Comissão Permanente de Licitação à luz do ordenamento jurídico aplicável à espécie.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido neste instrumento, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total dos serviços, objeto desta licitação, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a Lei 8.666/93, a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

19.2. Advertência;

19.3. Multa;

19.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, dosado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

19.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após de o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.7. Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento de obra, parcial ou total, ou de entrega de bens, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

19.8. O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.

20. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. O Município de São Geraldo exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

20.2. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

20.3. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



20.4. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

20.5. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

20.6. “prática obstrutiva” significa:

20.7. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação;

20.8. ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

20.9. O Município rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

20.10. A ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009 – “Guia de Análise de Denúncias sobre possíveis infrações concorrenciais em licitações”, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É vedada a cessão total ou parcial, para terceiros, das obrigações que forem adjudicadas em consequência desta licitação, sem a prévia e expressa anuência do Município de São Geraldo-MG.

21.2. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.3. Não serão admitidas propostas enviadas por correio, fax ou e-mail, e protocoladas fora do horário previsto, salvo justificado, a critério da Comissão.

21.4. O Município se reserva o direito de e sem que caiba, à licitante interessada, direito de indenização, revogar a presente licitação ou anulá-la por ilegalidade.

21.5. O objeto da licitação poderá sofrer alterações, acréscimos ou decréscimos, por decisão unilateral do Município.

21.6. O regime jurídico do futuro contrato reserva ao Município a prerrogativa de modificá-lo ou rescindi-lo unilateralmente e fiscalizar a sua execução.

21.7. A contratada se obriga a manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação, incluída a sua regularidade perante os órgãos públicos.

21.8. O Município se reserva no direito de conferir os materiais entregues pela empresa contratada, bem como os serviços executados, por técnico da sua confiança, podendo rejeitar os que não cumprirem os padrões de qualidade e as especificações fixadas.

21.9. Para dirimir controvérsias decorrentes do presente processo, o foro competente é o da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG.

21.10. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica do Município de São Geraldo-MG.

São Geraldo-MG, 21 de novembro de 2023.

Walmir Rocha Lopes
Prefeito Municipal

Edmilson marques da
Silveira
Presidente da CPL

Elir Alvim da Silva
Divisão de Obras e Infraestrutura



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública 006/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Concorrência Pública 006/2023, vem perante Vossas Senhorias credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei Nº 8666/93.

Atenciosamente.

Nome

Representante Legal da Licitante

Carimbo

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR FORA DOS ENVELOPES***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2023

PROCESSO Nº 161/2023

CONCORRÊNCIA Nº 006/2023

Termo de Contrato nº /2023, que entre si celebram o Município de São Geraldo-MG e a empresa _____, para execução da obra de pavimentação em pedra poliédrica nas ruas do Distrito de Monte Celeste, **no Município de São Geraldo**, de acordo com a Lei nº 8.666/93, na forma abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1. DA CONTRATANTE: Município de São Geraldo-MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o 18.137.935/0001-80, com sede na Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000, São Geraldo-MG, neste ato representado pelo Sr. **Walmir Rocha Lopes**, prefeito municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de São Geraldo.

1.2. DA CONTRATADA: A empresa (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº (nº CNPJ), com sede no (endereço completo) neste ato representada por (nome do sócio ou representante legal), (qualificação, nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), inscrito no CPF sob o nº, portador do RG nº, residente e domiciliado no (endereço completo).

1.3. DOS FUNDAMENTOS: A presente contratação decorre do Processo Administrativo Licitatório PRC Nº 161/2023 - Concorrência Pública Nº 006/2023, e se regerá por suas cláusulas, pela Lei 8.666/93, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução da obra de **pavimentação em pedra poliédrica nas ruas do Distrito de Monte Celeste, no Município de São Geraldo**, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital.

2.2.1. Consideram-se incluídos nestas obras os serviços preliminares relacionados à mobilização e desmobilização, carga e descarga de materiais, ferramentas e equipamentos, taxas de leis sociais e riscos de trabalho, benefícios e despesas indiretas, materiais, mão-de-obra, além de qualquer outro custo envolvido para se alcançarem os objetivos da presente obra, de conformidade com as especificações contidas neste edital e seus anexos (planilha, especificações e projeto) e de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e do Município de São Geraldo-MG.

2.2. Fazem parte do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, o edital convocatório e seus anexos, cronogramas, planilhas, como também a proposta comercial da Contratada, os quais esta se obriga a observar integralmente, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. DO PRAZO

3.1.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. Sendo que o prazo da prestação completa dos serviços contratados será de acordo com o cronograma físico-financeiro,



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



contados do recebimento da ordem para início dos serviços, podendo haver prorrogação contratual mediante fatos supervenientes e justificativa por escrito e a critério da Administração.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									

3.1.2. A Contratante assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência das obras que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra e instalações, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela Contratante ou terceiros.

3.1.3. Na ocorrência de tais fatos supervenientes, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados à Contratante com antecedência de pelo menos 02 (dois) dias antes do evento, em comunicação por escrito.

3.1.4. Em se tratando de prorrogação do prazo final, os pedidos deverão ser encaminhados através de requerimento, 10 (dez) dias antes de findar o prazo original, com comprovação de fatos que justifiquem tal solicitação.

3.2. DO VALOR

3.2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

3.2.2. Correrão à conta da Contratada todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos que recaírem sobre o contrato.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS										
							FORMA DE EXECUÇÃO:			
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA:							()	DIRETA	(x)	INDIRETA
PRAZO DE EXECUÇÃO :									BDI	
IT EM	CÓDIGO DEER /MG	CÓDIGO SETOP	DESCRIÇÃO			UNI DA DE	QUAN T	PREÇO UNITÁ RIO S/ BDI R\$	PREÇO UNITÁ RIO C/ BDI R\$	PREÇO TOTA L
TOTAL GERAL DA OBRA										

3.3. DO PAGAMENTO

3.3.1. Os pagamentos estarão condicionados à liberação das medições mensais, atestando a execução das obras, sendo que a Contratada deverá apresentar uma fatura correspondente aos valores das mesmas e a preços unitários do contrato.

3.3.2. Nenhum pagamento será efetuado por meio de boleto bancário, somente através de depósito em conta bancária informada pelo contratado em sua proposta. Para efetivação do recebimento, deverá ser observado o calendário definido pela Administração Municipal, como sendo os dias 05 (cinco), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês, como as datas previstas para a liberação dos créditos aos fornecedores, ou no primeiro dia útil



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



posterior a estas datas, observando o prazo de até 30 (trinta) dias após o faturamento e mediante a respectiva nota fiscal, com o aceite do responsável pela Secretaria requisitante.

3.3.3. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido com 90 (noventa) dias após o recebimento provisório das obras, desde que o objeto tenha sido fielmente cumprido.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta de recursos financeiros do município de São Geraldo. Para tanto, será utilizada a seguinte dotação orçamentária vigente para o exercício de 2023: **02.001.001.15.451.1513.1.011.4.4.90.51.00 – Ficha 014 – Fonte Recurso de convenio.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da Contratada, além de outras decorrentes da natureza do contrato:

5.1.1. Responsabilizar-se pela execução das obras objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no Edital e seus respectivos anexos, no cronograma físico-financeiro, nas ordens de serviço e na proposta julgada vencedora.

5.1.2. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato, bem como, o fornecimento de todo o material e mão de obra necessários.

5.1.3. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos à Contratante ou a terceiros.

5.1.4. Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

5.1.5. Manter, no local da execução da obra, diário de registro e informações pertinentes, bem como, manter um preposto para representá-la na execução do Contrato.

5.1.6. Indicar responsável técnico pela execução da obra, devidamente habilitado e inscrito no CREA - MG - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais e/ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

5.1.7. Efetuar o registro da obra junto ao INSS (CNO), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovando o procedimento junto à Contratante.

5.1.8. Proceder à Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica e enviá-la ao CREA/MG ou CAU, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovando o procedimento junto à Contratante.

5.2. Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

5.3. A Contratada providenciará, às suas custas, a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes do projeto, bem como alvarás e licenças necessários à execução da obra, sendo que, qualquer exigência que implique em modificação do projeto, deverá ser obtida autorização por escrito da Contratante.

5.4. A Contratada providenciará, às suas custas, uma placa indicativa da obra, nos padrões exigidos pela Administração Municipal ou pelo órgão gestor das obras, contendo as seguintes informações: Descrição da Obra, número do contrato e da licitação, nome da contratada e contratante, prazo de execução, valor da obra, recursos financeiros e outras informações necessárias, conforme descrição no memorial descritivo.

5.5. A Contratada deverá assegurar durante a execução das obras e serviços, até seu recebimento provisório, a proteção e conservação dos materiais, equipamentos e dos serviços executados;

5.6. A Contratada deverá fornecer aos seus funcionários todos os E.P.I.s (Equipamentos de Proteção Individual) necessários e obedecer a todas as normas de segurança no trabalho;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.7. A Contratada deverá fornecer, às suas expensas e responsabilidade, todo material e mão-de-obra, ferramentas e equipamentos, a serem empregados no local da construção. Caberá à fiscalização inspecionar a chegada, previamente avisada, de todos os materiais, com o direito de rejeitar aqueles em desacordo com as especificações.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Efetuar pagamento à Contratada de conformidade com as medições e liberações dos recursos;

6.1.2. Fiscalizar a execução do contrato.

6.1.3. Emitir as ordens de início da obra, os termos de recebimento provisório e definitivo, assim como, elaborar notificações, pareceres e outros documentos que porventura venham ser necessários, durante a execução da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1. Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimo ou redução) dos materiais objeto deste contrato poderá ser determinada pela Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes, em especial o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1. Compete à Secretaria Municipal de Obras, em nome da Contratante, acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, através de seus técnicos ou órgãos que ela designar a quem caberá autorizar a emissão de faturas, alterações de projetos, substituição e materiais, bem como praticar todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução das obras contratadas.

8.2. O documento hábil para aferição, comprovação e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o **Diário de Obras**, onde, tanto a Contratada, quanto a Contratante, através da fiscalização, deverão lançar a anotar tudo que julgarem conveniente, buscando a comprovação real do andamento das obras e execução dos termos do presente contrato, sendo vistos diariamente por representante credenciado de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. A recusa do adjudicatário em assinar o presente contrato, dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso e a inexecução parcial ou total dos serviços, objeto desta licitação, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a Lei 8.666/93, a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

9.1.1. advertência;

9.1.2. multa;

9.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, dosado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

9.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após de o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.3. Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços de recebimento de obra, parcial ou total, ou de entrega de bens, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

9.4. O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do presente contrato poderá ser:

10.1.1. determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, I a XII e XVII da Lei de Licitações.

10.1.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.1.3. judicial, nos termos da legislação.

10.2. No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Visconde do Rio Branco-MG para dirimir dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro;

11.2. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica do Município de São Geraldo-MG.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Geraldo-MG, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO-MG

Contratante

Empresa

Contratada



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública 006/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Concorrência Pública Nº 006/2023, vem perante Vossas Senhorias declarar que aceita todas as condições do Edital e que tem pleno conhecimento de todas as especificações técnicas necessárias à execução da obra.

Atenciosamente,

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência Pública 006/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Concorrência Pública em epígrafe, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada do ramo de construção civil execução da obra de **pavimentação em pedra poliédria nas ruas do Distrito de Monte Celeste, no Município de São Geraldo**, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital”, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar as obras objeto desta licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

1. O preço global para a execução do objeto desta licitação, é de R\$ _____ (____), conforme descrição na planilha orçamentária anexa.
2. O prazo para execução das obras será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro anexado ao Edital e Projeto Básico, com início a partir da ordem de serviço.
3. Declaramos que no preço proposto incluem todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transporte, carga, descarga, armazenagem, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, ART/RRT, todo controle tecnológico dos materiais e serviços exigidos pelas normas da ABNT, emissão de laudos, certificação, comissionamento, plotagens e impressões, despesas junto às concessionárias de serviços públicos, mão de obra especializada ou não especializada, seguros em geral, garantias, encargos financeiros, encargos da legislação social trabalhista previdenciária e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o seu lucro conforme especificações constantes do Edital, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao contratante com a alegação de que alguma parcela de custo foi omitida.
4. Declaramos ainda ter ciência de que todos os serviços necessários a completa execução do empreendimento, ainda que, eventualmente, omitidos ou subestimados na planilha orçamentária deverão ser realizados, sem ter direito à alteração do valor contratado e que os serviços que não constaram da planilha orçamentária foram incluídos como custos ou despesas indiretas na taxa de BDI apresentada.
5. A empresa declara a suficiência do preço proposto para a cobertura de todas as despesas que envolvem a presente contratação e declara estar apta do ponto de vista jurídico, econômico, técnico e operacional para os serviços que integram esta proposta.
6. A presente proposta é válida pelo prazo de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de assinatura.
7. Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
- b) CNPJ nº: _____ Insc. Estadual Nº: _____
- c) Endereço: _____



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- d) Fone: _____ E-mail: _____
- e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
- f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

Atenciosamente.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)



OBSERVAÇÕES:

- a) Anexar junto à proposta as planilhas orçamentárias com os quantitativos e preços unitários e totais e mais a COMPOSIÇÃO DETALHADA DE PREÇOS UNITÁRIOS DE CADA SERVIÇO, bem como, O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, demonstrativo da composição analítica da taxa de LDI/BDI (percentual), **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CERTAME**;
- b) No caso de apresentação de proposta para os dois lotes, poderá ser apresentada uma única proposta, desde que estejam expressos os valores de cada lote, devendo estes serem acompanhados de seus respectivos documentos, conforme descrito na cláusula anterior;
- c) **ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE PROPOSTA**



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO V – DOCUMENTAÇÕES E PLANILHAS ANEXADAS NOS AUTOS DO PROCESSO

- a) PROJETO BÁSICO
- b) MEMORIAL DESCRITIVO
- c) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- d) MEMÓRIA DE CÁLCULO
- e) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- f) PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI
- g) DEMAIS ANEXOS E DOCUMENTOS TÉCNICOS

Disponíveis no endereço: <https://www.saogeraldo.mg.gov.br>



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇOS Nº _____

Referente à execução de _____

Localizado na _____

Referência:

Processo Licitatório Nº 161/2023

Concorrência Pública Nº 006/2023

Contrato Nº _____/2023

Valor do contrato R\$ _____ (valor por extenso).

À _____ (empresa contratada)

Pela presente ordem de serviços, autorizamos a _____ (empresa contratada) a iniciar na data de _____ de _____ de 2023 os serviços que menciona o contrato acima epigrafado, celebrado entre a Administração Municipal de São Geraldo-MG e a empresa supracitada.

São Geraldo-MG, _____ de _____ de 2023.

(Responsável pelo Município - nome e cargo por extenso)

MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO/MG



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO VII – MODELO DE BOLETIM DE MEDIÇÃO

BOLETIM DE MEDIÇÃO					
SECRETARIA DE OBRAS DA PREFEITURA DE SÃO GERALDO-MG			BOL. MEDIÇÃO N°:		
ÓRGÃO OU ENTIDADE:		DATA: / /		FOLHA:	
OBRA:					
LICITAÇÃO:			FIRMA:		
CONTRATO N°:		ORDEM DE SERVIÇO N°:		DATA: / / VALOR:	
SALDO ANTERIOR:		ESTA MEDIÇÃO: SALDO:			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
TOTAL (R\$):					
IMPORTA A PRESENTE MEDIÇÃO EM R\$:					

ENGENHEIRO FISCAL

ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO VIII – MODELO DE DIÁRIO DE OBRAS

DIÁRIO DE OBRAS									
Órgão ou Entidade:							Fl. _____		Nº: _____
Contratada:									
OBRA:							DATA: ____/____/____		
PRAZO: ____ DIAS			INÍCIO: ____/____/____			TÉRMINO: ____/____/____			
ENGENHEIRO RESPONSÁVEL:					CREA/CAU N.º				
TEMPO		MATUTINO:							
		VESPERTINO:							
EQUIPAMENTOS:									
Trator de Esteira					Caminhão Pipa				
Trator Agrícola					Rolo Compactador				
Motoniveladora									
Pá Carregadeira									
Retroescavadeira					Outros: _____				
Caminhão Basculante									
MÃO-DE-OBRA:									
Referência	M	T	N	Referência	M	T	N		
Operador de Máquina				Motorista					
Topógrafo				Almoxarife					
Oficial				Apontador					
Ajudante				Escrivão					
Servente				Desenhista					
Porteiro/Vigia				Outros					
SERVIÇOS EM ANDAMENTO									
OCORRÊNCIAS, SOLICITAÇÕES, OBSERVAÇÕES									
Engenheiro de Obras: _____					CREA/CAU _____				
Engenheiro Fiscal: _____					CREA/CAU _____				



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO IX – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos para os devidos fins a conclusão da execução dos serviços de _____, pela empresa _____, conforme Processo Licitatório N° 161/2023 – Concorrência Pública 006/2023, Contrato N° ____/2023, de _____ de 2023, e respectivos termos aditivos (quando houver).

São Geraldo-MG, _____ de _____ de 2023.

(fiscal da obra - nome e cargo por extenso)

MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO/MG

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO X – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Vimos reiterar, através deste, e, mediante Termo de Recebimento Provisório emitido em ____ / ____ / ____ por esta comissão, a conclusão das **pavimentação em pedra poliédria nas ruas do Distrito de Monte Celeste**, através de recursos do Município de São Geraldo-MG, conforme especificadas nos anexos do edital pela empresa _____ conforme Processo Licitatório N° 161/2023, Concorrência Pública N° 006/2023, Contrato N° ____/2023, de ____ de ____ de 2023, e respectivos termos aditivos (quando houver), projetos, especificações e medições realizadas.

São Geraldo-MG, ____ de ____ de 2023.

(servidor ou membro de comissão)

(servidor ou membro de comissão)

(servidor ou membro de comissão)

(Assinatura do Representante Legal)
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital da Concorrência Pública 006/2023, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666/1993, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto Lei n.º 2.848/1940, que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República e não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Atenciosamente,

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XII – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DA EMPRESA ACERCA DO(S) RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO(S) PELA EXECUÇÃO DA OBRA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), participante da Concorrência Pública nº 006/2023, PRC 161/2023, destinada à realização de obra de **pavimentação em pedra poliédria nas ruas do Distrito de Monte Celeste, no Município de São Geraldo**, conforme condições e especificações contidas no Projeto Básico e demais anexos do edital, COMPROMETE-SE a manter, como Responsável(is) Técnico(s) da mencionada obra, até a sua conclusão, o(s) Engenheiro(s) que está(ão) sendo apresentado(s) no presente Termo. Declara que está ciente de que a(s) substituição (ões) do(s) referido(s) profissional(is) somente será(ão) possível(is), se previamente autorizada(s) pelo Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, com a devida justificativa e desde que o(s) novo(s) Responsável(is) Técnico(s) preencha(m) todos os requisitos exigidos no documento constante no item 6.3.1 do Edital e, que o não cumprimento do presente compromisso implicará desobediência ao § 10, do art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas consequências previstas no art. 88, da referida Lei.

Atenciosamente,

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n.º 2.848/1940, que a Licitante acima identificada:

a) é beneficiária da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, na condição de _____ (EPP – Empresa de Pequeno Porte / ME – Microempresa ou SCE – Sociedade Cooperativa Equiparada), considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada; e

b) não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas na Lei Complementar Federal n.º 123/2006; estando ciente da obrigação de comunicar ao Município de São Geraldo quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação da Empresa e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

☐ Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar N° 123/06 para regularização, estando ciente que do contrário, decairá o direito à contratação e sujeitamos às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), **DECLARA**, para fins de atendimento ao disposto no Edital de Licitação Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848/1940, que:

- a) a proposta apresentada para participar do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 da Prefeitura Municipal de São Geraldo foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 da Prefeitura Municipal de São Geraldo não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação, em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 da Prefeitura Municipal de São Geraldo, quanto a participar ou não da referida Licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação, em referência, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 da Prefeitura Municipal de São Geraldo, antes da adjudicação do objeto da mencionada Licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Processo nº 161/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 da Prefeitura Municipal de São Geraldo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de São Geraldo, antes da abertura oficial das propostas;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E EQUIPAMENTOS

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848/1940, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório, especificando:

1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
2. Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
5. Que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital de Concorrência Pública nº 006/2023, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos;

Declara, ainda, que possui a disponibilidade de todos os equipamentos, materiais e pessoal solicitados para o cumprimento das obrigações objeto da licitação Concorrência Pública nº 006/2023. E que se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se à comunicar a Prefeitura Municipal de São Geraldo a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XVI – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA – VISITA TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de São Geraldo, por intermédio da CPL/ Secretaria Municipal de Obras, atesta, para fins de habilitação ao Processo nº 161/2023, Concorrência Pública nº 006/2023 que a licitante abaixo qualificada realizou vistoria dos locais de execução dos serviços objeto do certame, através de preposto devidamente credenciado.

Nome da Empresa Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Nome do Representante

CPF/CI do Representante:

São Geraldo, ____ de _____ de 2023.

(Responsável pelo acompanhamento da visita - nome e cargo por extenso)

MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO/MG

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XVII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECURSO - HABILITAÇÃO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), DECLARA para fins de comprovação do art. 109, inciso I, alínea “a” da Lei 8.666/93 que não possui interesse em interpor recurso contra a fase de habilitação relativamente ao processo licitatório Concorrência Pública nº 006/2023, na data indicada.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR FORA DOS ENVELOPES***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECURSO - PROPOSTA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), DECLARA para fins de comprovação do art. 43, Inc. III e art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei 8.666/93 que não possui interesse em interpor recurso contra o julgamento das propostas, relativo ao processo licitatório Concorrência Pública nº 006/2023, na data indicada.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR FORA DOS ENVELOPES***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XIX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 006/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º 161/2023 na modalidade Concorrência Pública n.º 006/2023, que por deliberação única e exclusiva da declarante, a mesma não participou da visita técnica disponível no referido processo licitatório, sendo de sua total responsabilidade e conhecimento as condições de realização dos serviços, não recaindo em nenhuma hipótese qualquer responsabilidade sobre o Município ou argumento futuro quanto à não visitação antecipada.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

****ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO***



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO XX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER NENHUM IMPEDIMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG

A/C Comissão Permanente de Licitação

Referência: Concorrência 009/2023 – Processo 161/2023

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, sediada no (endereço completo), neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), DECLARA para os fins do Processo Licitatório n.º 161/2023 na modalidade Concorrência Pública n.º 006/2023, não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da LC 123/06.

(Assinatura do Representante Legal)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)

***ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**